

A crise na eurozona e a brasileira



ROBERTO MACEDO

Nosso artigo de 17/11 (*A eurozona em crise e seus impasses*) tratou da primeira no seu epicentro e das dificuldades de ali solucioná-la. Depois, lá surgiu mais uma ideia, a de uma supervisão fiscal dos países em maior dificuldade, exercida por autoridade supranacional, para neles garantir ajustes fiscais efetivos, o que abriria espaço para o Banco Central Europeu (BCE) ter maior papel na crise, em particular adquirindo montantes maiores de suas dívidas. Argumenta-se que sem essa garantia a Alemanha não se disporia a aceitar esse papel ampliado do BCE. Mas, como outras, essa ideia ainda não avançou e a crise se agrava. Ficamos de examinar o impacto no Brasil, o que faremos a seguir.

Com a piora da crise na zona do euro em agosto, percebeu-se aqui uma redução mais forte da atividade econômica. Isso ficou evidente pelo boletim *Focus* do Banco Central (BC), que semanalmente mostra previsões de analistas do mercado financeiro. Na última edição de 2010, ele previa aumento de 4,5% do produto interno bruto (PIB) em 2011. No final de julho, esse número havia caído para 4%, mas desde então a queda se acelerou. No fim de agosto, para 3,8%; no último boletim, de 25/11, 3,1%. Ou seja, nos últimos quatro meses caiu quase o dobro do ocorrido nos primeiros sete do ano.

Por trás dessas quedas do ritmo de atividade econômica também esteve presente uma política do BC. Preocupado com o ainda forte crescimento da economia no início do ano e seu impacto sobre uma inflação, que se acelerava, o Banco Central conteve o crédito desde então, só o aliviando recentemente, quando percebeu que a crise na eurozona repercutiria negativamente no Brasil. De janeiro a julho, o BC também aumentou a taxa básica de juros, só revertendo o processo em agosto.

Há quem aponte também um papel contracionista da parte do governo federal, que em fevereiro anunciou um corte orçamentário, mas não de despesas efetivas, de R\$ 50 bilhões. Esse corte, contudo, caiu para R\$ 21 bilhões, segundo o jornal *Valor* (15/11, página A2).

Na realidade, a colaboração do governo federal em matéria de ajuste das contas públicas foi ínfima. De novo veio um forte aumento de arrecadação, que lhe permitiu manter a sua meta de superávit primário – receitas menos despesas exceto juros da dívi-

da –, mesmo expandindo gastos. Com a desatenção da imprensa, esse superávit costuma ser divulgado como “poupança que o governo faz para pagar juros”. Trata-se de mistificação, pois uma coisa que ele logo faz é esse pagamento, sem o que quebraria, e tal superávit é alcançado mais pelo aumento da arrecadação de impostos. Ou seja, quem poupa mesmo é o contribuinte, a sustentar um governo cada vez maior. Aliás, há a perspectiva de que a carga tributária venha a alcançar novo recorde este ano.

Assim, cabem regras mais adequadas de avaliação do setor público, que, entre outros aspectos, examinem a sua “poupança” relativamente à arrecadação e foquem também a proporção de despesas destinadas a investimentos, como em infraestrutura, relativamente a gastos de cus-

A carência de poupança própria para investir no País marca outro mal, crônico e sem solução

teio. Estes continuam a revelar um governo incapaz de conter seu contínuo crescimento e que sacrifica investimentos no altar de suas (in)conveniências políticas, inclusive mantendo malcheirosa ceva de políticos e organizações não governamentais (ONGs) que polui o noticiário das ações ministeriais. Segundo o economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (*Valor*, 28/11, A2), em 2011 o governo federal voltou a reduzir seus escassos investimentos.

Portanto, na desaceleração da nossa economia há claramente os efeitos combinados da política do BC, recentemente revertida e da crise na eurozona. Estes últimos penetram aqui via expectativas de consumidores e empresários, que diante do noticiário negativo contraem consumo e investimentos. Ao mesmo tempo, surgem dificuldades nas exportações, como nos preços das commodities e no crédito a essa atividade. Se a crise “eurozônica” se agravar ainda mais, as duas últimas dificuldades se acentuarão, tal como na crise mundial que eclodiu em 2008. Do lado dos consumidores, é possível que para muitos deles a forte expansão do crédito nos últimos anos tenha atingido seu limite de endividamento, o que estaria adicionando outro elemento contracionista do lado da demanda.

Diante do medíocre crescimento que a economia revela, a presidente Dilma Rousseff recentemente exortou a população a con-

sumir e os empresários a investir. Mas isso será inócuo, pois agentes econômicos não costumam pautar-se por discursos desse tipo. Em particular, consumidores preocupam-se mesmo é com suas finanças e com a perspectiva de desemprego, enquanto empresários não põem suas empresas em risco diante de dificuldades ligadas à crise ou por outras razões. Tome-se, por exemplo, o caso da Vale, que conterà seus planos de investimentos em 2012.

O que a presidente poderia realmente fazer para estimular a economia do País, e torná-la menos vulnerável ao vaivém da economia internacional, seria tomar medidas efetivas para ampliar poupanças e investimentos brasileiros, em particular do governo, e sem ampliar a carga tributária. Reduzi-la seria ótimo, mas ainda é um sonho.

A seriíssima carência de investimentos financiados com poupança própria marca outra crise, brasileira, crônica e sem solução, embora muito antiga. Quando se olha o cenário mundial, há países que crescem bem mais que o Brasil, como a China e a Índia, e também poupam e investem parcelas muito maiores de seu PIB do que aqui.

Sem isso é fiada essa conversa de que “país rico é país sem pobreza”. O Brasil poderá até reduzir substancialmente esta última, mas continuará emergente, sem alcançar a superfície em que navegam nações efetivamente ricas, que aí estão porque no passado pouparam e investiram suficientemente para alcançá-la.



ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), PROFESSOR ASSOCIADO À FAAP, É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Foto